

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 537.604 - PE (2019/0298932-4)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : MADSON RODRIGO DE AQUINO MELO  
**ADVOGADO** : MADSON RODRIGO DE AQUINO MELO - PE037268  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**PACIENTE** : HALLYSON AUGUSTO SOARES PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de HALLYSON AUGUSTO SOARES PEREIRA, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, que indeferiu o pleito emergencial no HC n. 0538252-5.

Infere-se dos autos que o paciente foi pronunciado por suposta infração ao art. 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal.

Levado a julgamento perante o Tribunal de Júri, o Conselho de Sentença desclassificou o crime de tentativa de homicídio qualificado para o crime de lesão corporal e condenou o réu à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto. Na mesma oportunidade, o Magistrado decretou a prisão preventiva do paciente.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que indeferiu o pedido liminar (e-STJ fls. 178/180).

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, não estarem presentes os requisitos autorizadores da medida constritiva cautelar previstos no art. 312 do CPP, destacando que o paciente compareceu a todos os atos processuais e foi facilmente localizado em seu endereço, concluindo que não há que se falar em fuga do paciente.

Sustenta, ainda, que não se pode falar em execução provisória da pena antes de a sentença condenatória ser confirmada pelo Tribunal de apelação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Diante disso, requer, com a superação da Súmula n. 691/STF, a expedição de salvo conduto em favor do paciente.

É o relatório. **Decido.**

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar.

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

*CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo. 2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal. 3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau. 4- Ordem não conhecida (HC n. 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA Desembargadora Convocada do TJ/MG DJe 1/10/2007)*

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Não é o que ocorre na espécie.

Consoante se observa dos autos, a decisão que indeferiu o

# Superior Tribunal de Justiça

pedido liminar na origem não ostenta ilegalidade evidente e apta a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal.

Nota-se que os crimes supostamente praticados pelos pacientes têm pena máxima cominada em abstrato superior a 4 anos, perfazendo, assim, o requisito previsto no artigo 313, I, do CPP. Em relação à existência dos requisitos previstos no artigo 312, do mesmo Código de ritos, ao que parece, tal questão foi devidamente fundamentada, não se verificando, ao menos em análise preliminar, a existência de ilegalidade evidente, a qual ensejaria a concessão da liminar.

Isso porque, em princípio, a decisão impugnada encontra suporte na jurisprudência desta Corte, segundo a qual, a fuga do agente constitui fundamento idôneo para a decretação ou manutenção da prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do CPP.

Ademais, a análise perfunctória do *writ* não evidencia a ocorrência de constrangimento ilegal hábil a permitir a concessão da ordem de ofício.

É certo que questões suscitadas pela defesa dos pacientes serão tratadas naquele *mandamus* por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Em conclusão, entendo não configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, resultando incabível a presente impetração.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília/DF, 03 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

